

A rede viária de Trás-os-Montes ao longo de Duzentos

Rúben Filipe Teixeira da Conceição
Universidade do Porto

Resumo

Este trabalho servirá como o ponto de partida da nossa futura dissertação de mestrado, inserido num projeto de maior vulto, que visa a reconstituição da rede viária do Norte de Portugal em meados do século XIII, através da análise das Inquirições Gerais do Reino de 1258, elaboradas no reinado de D. Afonso III (1248-79). Este labor é composto por três processos distintos entre si, mas paralelos na sua execução: em primeiro lugar, a construção de uma base teórica, com recurso a estudos e cartografia local e regional; a criação de uma metodologia de análise da fonte, aperfeiçoada desde a licenciatura e nunca estanque a novos inputs no decorrer da investigação; e na transmissão do conhecimento teórico, através da conversão das informações recolhidas em mapa e a posterior construção de um atlas temático.

Palavras-chave:

Rede viária; região de Trás-os-Montes; século XIII; Inquirições Gerais do Reino de 1258

Abstract

This work will serve as the starting point of our future master's thesis, inserted in a major project, which aims to reconstitute the road network of Northern Portugal in the mid-thirteenth century, through the analysis of the General Inquiries of the Kingdom of 1258, elaborated in the reign of D. Afonso III (1248-79). This study will be composed by three distinct processes, but parallel in its implementation: first, the construction of a theoretical basis, using local and regional studies and cartography; the creation of a methodology of source analysis, refined since our graduate studies and never isolated from new inputs in the course of research; and in the transmission of theoretical knowledge through the conversion of the information collected into cartography and the subsequent construction of a thematic atlas.

Keywords:

Road network; Trás-os-Montes region; XIII century; Inquirições Gerais do Reino de 1258

1. TEMA, PROBLEMAS, OBJETIVOS, CRONOLOGIA E ESPAÇO

A análise da rede viária medievá é hoje um componente indispensável nos grandes estudos sobre a economia e sociedade medieval, já que as vias serviam de elo entre produtores e consumidores e entre os centros de poder político e as periferias.

Serve o presente estudo para dar a devida atenção a esta temática, enquadrando-se num projeto de longo prazo, cujo objetivo final é reconstituir a rede viária no Norte do Reino de Portugal em meados do século XIII, tendo como fonte de estudo as Inquirições Gerais do Reino de 1258, que tinham como objetivo registar, prioritariamente, o património régio.

Estruturalmente dividimos o projeto em três fases distintas. A primeira, iniciada no decurso da nossa Licenciatura em História, teve como objeto de estudo o Entre-

Cávado-e-Minho, espaço correspondente à primeira alçada das Inquirições Gerais em estudo.¹ Nela se estabeleceu a construção e o apuramento dos métodos de recolha de informação, através da análise do vocabulário utilizado na documentação e do significado que então se atribuía ao conhecimento adquirido sobre o espaço. Paralelamente, levou-se a cabo o tratamento da informação em base de dados e a sua conversão para uma imagem visual, o mapa.

A etapa seguinte está a ser levada a cabo no Mestrado em Estudos Medievais na FLUP, centrando-se na quarta alçada, ou seja, o território de Entre-Douro-e-Tâmega, Bragança e seus termos. Por se tratar de um projeto de mestrado, condicionado à partida pelo tempo disponível para a sua execução, decidimos estudar uma região com significativa individualidade, com um volume controlado de informação em comparação com as demais alçadas, e bem delimitada geograficamente por dois grandes rios – o Douro e o Tâmega.

No final, procurar-se-á aferir quais os impactos das redes de comunicação na organização de um espaço periférico na política geral do Reino - mas indispensável à sua defesa, bem como considerar qual a influência destas nas relações socioeconómicas que se foram desenvolvendo, quer no interior deste espaço, quer entre este e os territórios limítrofes.

Assim, pretendemos apurar os métodos de recolha e tratamento de informação desenvolvidos na fase anterior, além de incluir novas componentes de análise, como a orografia (o estudo do relevo) de forma a melhor compreender a sua influência na construção da rede viária em análise, tendo em conta os locais de passagem naturais, bem como nas formas de convivência das populações locais. Paralelamente, procurar-se-á desenvolver uma análise comparativa entre as antigas vias romanas e as estradas medievais, de forma a perceber se terá havido um decalcar contínuo das primeiras ao longo do tempo, mas também compreender o impacto destas na estruturação da sua área envolvente, e que relações formais ou informais as populações adjacentes teriam com estas.

Numa fase posterior, tentaremos demonstrar o impacto que os caminhos terão tido na organização espacial das estruturas que a si se encontravam agregadas, fossem elas de apoio logístico aos viajantes, pobres ou desprotegidos, nomeadamente as albergarias e pousadas, fossem elas essenciais para o controlo do território, como os

¹ *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo ocativo post Christum usque ad quintum decimum: Inquisitiones*, Vol. I, Fasc. VIII (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1961).

castelos e pontes, analisando os serviços que a estas estavam associados e o seu impacto na estruturação da área envolvente.

Por último, intentaremos estudar que relações (in)formais se estabeleciam entre as vias e os assentamentos populacionais, bem como o impacto destes no espaço envolvente, procurando averiguar a continuidade temporal, ou não, das populações num território de constantes mutações, fossem elas impostas por fatores ambientais, como a pobreza dos solos, ou fossem motivadas por fatores humanos, como a guerra. Esta análise será realizada através da comparação das informações recolhidas na fonte em exame com outras posteriores no tempo, mas similares no seu propósito, como, por exemplo, as Inquirições Gerais do Reino ou o Rol de Igrejas, ambas elaboradas no reinado de D. Dinis (1279-1325).²

2. ENQUADRAMENTO HISTORIOGRÁFICO

Relativamente à bibliografia de base, foram mais de 60 as obras recolhidas num primeiro momento, destacando-se o já “clássico” trabalho de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que incide sobre as vias medievais do Entre-Douro-e-Minho³ e os diversos estudos acerca dos itinerários régios, publicados na segunda metade do século XX. Contudo, as reconstituições destes últimos baseiam-se apenas nos locais de emissão da documentação régia, o que não é suficientemente rigoroso quando comparado com os nossos propósitos, visto que pretendemos uma reconstituição dos caminhos até à escala microtoponímia.

De forma a ultrapassar estas lacunas, os estudos mais recentes, quer de âmbito local quer regional, têm recorrido à Arqueologia e à Geografia, como forma de identificar

² Segundo Bernardo de Vasconcelos e Sousa, a compilação deste documento foi ordenada por D. Dinis (1279-1325), no “(...) qual se fixava a importância que o mesmo monarca deveria recolher das rendas eclesiásticas para fins militares, de acordo com a concessão que lhe fizera o papa João XXII.” in Bernardo de Vasconcelos e Sousa, “Idade Média (séculos XI-XV),” in Rui Ramos, Bernardo de Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (coord.) - *História de Portugal*, p.80 (Lisboa: A esfera dos Livros, 2009). A mais recente edição deste texto medieval – a par de outros - é de 2012, em Stéphane Boisselier (ed.), *La construction administrative d'un royaume: registres de bénéfices ecclésiastiques portugais (XIII-XIVe siècles)*, Prefácio de José Mattoso, (Lisboa: Universidade Católica Portuguesa - Faculdade de Teologia - Centro de Estudos de História Religiosa, 2012).

³ Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “Vias Medievais Entre Douro e Minho” (Tese de Licenciatura em História, FLUP, 1968).

os possíveis percursos existentes e a sua relação com aspetos demográficos, económicos e sociais, como bem documentam vários trabalhos de Iria Gonçalves.⁴

No que toca à temática dos caminhos *per si*, tem-se procedido à recolha de obras versadas sobre as vias romanas e medievais implantadas no atual território português. Quanto às primeiras, é imperativo referir os nomes de Carlos Alberto Brochado de Almeida e de Jorge Alarcão (para a década de 1980), bem como de Lino Tavares Dias e Vasco Gil Mantas (nas décadas subsequentes).⁵ Chame-se a atenção para um dos recentes trabalhos de Jorge Alarcão, editado em 2018⁶, onde analisa vários aspetos das antigas províncias romanas – que atualmente, correspondem, *grosso modo*, a Portugal –, desde a implantação deste povo na Península Ibérica (a partir do século II a.C.) até ao domínio Suevo do noroeste peninsular (século VI d.C.).

Paralelamente, os estudos referentes às vias medievais apresentam dinâmicas diferentes, pois são escassos aqueles redigidos anteriormente ao ano 2000, onde se destaca o já referido trabalho de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, verificando-se o cenário oposto no novo milénio, com vários artigos e teses a serem apresentadas à comunidade científica. Apesar de não serem orientadas para o território em análise, trabalhos e dissertações como as de Helena Romão Monteiro e de Pedro Gonçalves Ferreira, por exemplo, que se focam nas estradas em geral (e nas suas estruturas), como fatores estruturantes do território onde se inserem, podem apresentar relevantes pontos de comparação com a nossa região.⁷

⁴ Desta investigadora, referimos: Iria Gonçalves, “Privilégios de estalajadeiros portugueses (séculos XIV e XV)”, in *Imagens do mundo medieval*, 143-155 (Lisboa: Livros Horizonte, 1988); Idem, *A mesa nas terras de Alcobaça em finais da Idade Média* (Maia: DGPC/Mosteiro de Alcobaça, 2017); Idem, “Para o estudo da percepção do espaço nos finais da Idade Média: a identificação da rede viária na Beira Interior”, in *Paisagens Rurais e Urbanas: fontes, metodologias, problemáticas*, 163-182 (Lisboa: CEH/FCSH-UNL, 2013); Idem, *Por Terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de D. Afonso III* (Porto: CITCEM/ Edições Afrontamento, 2011).

⁵ Jorge Alarcão, *O domínio romano em Portugal* (Mem Martins: Publicações Europa América, 1988); Idem, *Portugal Romano* (Lisboa: Editora Verbo, 1987); Idem, *Roman Portugal Gazetteer: inventário* (Warminster: Aris & Phillips, 1988); Carlos Alberto Brochado de Almeida, “A rede viária do Conventus Bracaraugustanus - Via Bracara Asturicam Quarta,” *Mínia* (1979) 61-163; Idem, “Via Veteris, antiga via romana?”, *Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular* Guimarães (1980); Lino Tavares Dias, “Contributo para o reconhecimento de «Estratigrafia» na paisagem da bacia do Douro. O caso do território entre Marão, Montemuro, Sousa, Tâmega e Douro,” *CEM - Cultura, Espaço & Memória*, no. 4 (2013) 177-190; Vasco Gil Mantas, “A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga” (Tese de Doutoramento em Letras (Pré-História e Arqueologia), FLUC, 1996).

⁶ Jorge Alarcão, *A Lusitânia e a Galécia – do séc. II a.C. ao séc. VI d.C.* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018).

⁷ Félix Alves Pereira, “Pontes Medievais nos Arcos de Valdevez,” *Portucale: revista de cultura*, (1928): 148-156; Elisa Ferreira Priegue, *Los caminos medievales de Galicia* (Ourense: Museo Arqueológico Provincial, 1988); Amândio Morais Barros e Susana Pacheco Barros, “Caminhos e devoções: viajar no Douro medieval e moderno,” in *Douro: estudos & documentos* 6, no. 11

Incindindo apenas no território de Trás-os-Montes, surgem, por exemplo, o artigo conjunto de Manuel Sílvio Conde e de Marina Afonso Vieira (2013), que aborda a rede viária deste espaço no início de Quinhentos,⁸ e a tese elaborada por Fernanda Maurício,⁹ que se reveste da maior importância para esta investigação, no sentido de ser o estudo de maior relevo para o tempo e espaço em análise.

Quanto a estudos regionais, embora não tenham como objetivo principal a análise dos caminhos medievais, é possível encontrar neles um grande número de referências a vias, seja em curtas alusões como consequência de temáticas mais abrangentes, como as redes comerciais ou a assistência aos viajantes, seja em artigos ou capítulos especializados, seja em obras de maior envergadura, como as teses de mestrado e de doutoramento, onde se destacam, entre outras, as de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Maria Helena da Cruz Coelho ou de José Marques.¹⁰

São ainda incontornáveis os estudos de Suzanne Daveau e de Júlia Galego, tal como os de João Carlos Garcia e José Marques, no que diz respeito ao estudo de fontes cartográficas, além dos trabalhos de José Mattoso, Aristides de Amorim Girão, Orlando

(2001): 181-195; Helena Patrícia Romão Monteiro, “A estrada da Beira: reconstituição de um traçado medieval” (Tese de Mestrado em História Medieval, FCSH-UNL, 2012); João Maia Romão, “No encalço do passo do Homem medieval as vias de comunicação do antigo termo e atual concelho de Tomar” (Tese de Mestrado em Arqueologia, FCSH-UNL, 2012); Nuno Resende, “Pontes e vias medievais a sul do Douro na região de Montemuro: as primeiras questões,” *Douro: vinho, história & património*, no.3 (2014): 205-232; Pedro Ricardo Gonçalves Ferreira, “Os caminhos da estrutura do território do Baixo Ave” (Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura, FAUP, 2016); Francisco Monteiro Faure, “Viajar no Tempo de D. Afonso Henriques. Vias e Pontes no território vimarenense,” in *No tempo de D. Afonso Henriques: reflexões sobre o primeiro século português*, (Porto: CITCEM, 2017): 303-357.

⁸ Manuel Sílvio Alves Conde e Marina Afonso Vieira, “Elementos para o estudo da rede viária de Trás-os-Montes no início de Quinhentos,” in *Paisagens Rurais e Urbanas: fontes, metodologias, problemáticas*, 67-97 (Lisboa: CEH/FCSH-UNL, 2013).

⁹ Maria Fernanda Maurício, *Entre Douro e Tâmega e as Inquirições Afonsinas e Dionisinas* (Lisboa: Edições Colibri, 1997).

¹⁰ Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho: desde as origens a 1220” (Tese de Doutoramento em História de Arte, FLUP, 1978); Maria Helena da Cruz Coelho e Maria José Azevedo, *Cartas de feira de Bragança: sécs. XIII-XV* (Bragança: Câmara Municipal de Bragança, 1993); Marco António da Silva Costa, “Date et dabitur vobis: aspectos cristãos na Assistência Medieval Portuguesa” (Tese de Mestrado do Curso Integrado de História Medieval e do Renascimento, FLUP, 2008); Elisa Ferreira Priegue, *Galicia en el comercio marítimo medieval* (La Coruña: Fundación Pedro Barrie de la Maza, 1988); Isabel Vaz Freitas, *Mercadores Entre Portugal e Castela na Idade Média* (Gijón: Trea, 2006); António Elias Gradíssimo, “Macedo de Cavaleiros na Idade Média: a região, as famílias e os homens (séc. XIII a 1325)” (Tese de Mestrado em História Medieval, FLUP, 2014); José Marques e Maria Cristina Cunha, “Povoamento e organização social e eclesiástica: a igreja na fronteira de Trás-os-Montes e de Riba Côa,” *Brigantia: revista de cultura* (2010/11); José Mattoso, *Identificação de um País: oposição-composição. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)* (Lisboa: Temas e Debates, 2015); Maria José Mendes da Costa Ferreira dos Santos, “A terra de Penafiel na Idade Média: estratégias de ocupação do território (875-1308)” (Tese de Mestrado em Arqueologia, FLUP, 2003); Leonardo Manuel Cabral da Silva, “Arquitetura das estruturas de assistência no Norte de Portugal: (século XII a XVI)” (Tese de Mestrado em Arqueologia, FLUP, 2017).

Ribeiro e Hermann Lautensach relativos à estruturação e às componentes do território.¹¹ No que concerne à identificação dos topónimos, torna-se imperativo o recurso a corografias, dicionários e outros documentos, com o objetivo de confirmar a correta georreferenciação dos pontos em base de dados, de forma a apresentar resultados concretos e sem margem de erro.¹²

3. FONTES – O ESTUDO DAS INQUIRIÇÕES

É necessário recuar, pelo menos até ao século XIX, para encontrarmos os primeiros trabalhos que recaem sobre as Inquirições Gerais do Reino: “As Memórias para a História das Inquirições dos Primeiros Reinados de Portugal” (1815), obra dirigida por João Pedro Ribeiro¹³ e a transcrição dos manuscritos e a sua inclusão nos “Portugaliae Monumenta Historica”, tarefa essa inicialmente levada a cabo por Alexandre Herculano,¹⁴ esforço que tem perdurado até aos nossos dias, com a mais

¹¹ Suzanne Daveau, “Contribuição para uma colectânea de antigas descrições geográficas da Lousã,” *Jornadas de cultura e turismo* (17 de Julho de 1988); Júlia Galego, *Os itinerários de D. Dinis, D. Pedro e D. Fernando: interpretação gráfica* (Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988); Júlia Galego e Suzanne Daveau, *O numeramento de 1527-1532: tratamento cartográfico* (Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1986); João Carlos Garcia, *Inventário de interpretações cartográficas de fontes medievais portuguesas* (Lisboa: Centro de Estudos Geográficos/INIC, 1985); José Marques, “Os itinerários do Arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra: 1417-1467,” *Revista de História*, no.1 (1978): 89-187; José Mattoso, Duarte Belo e Suzanne Daveau, *Portugal: o sabor da terra: um retrato histórico e geográfico por regiões* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2011); Aristides de Amorim Girão, *Geografia de Portugal* (Porto: Portucalense Editora, 1949-51); Orlando Ribeiro e Hermann Lautensach, *Geografia de Portugal* (Lisboa: Edições Sá da Costa, 1991), IV vols.

¹² José Viriato Capela, *As freguesias do distrito de Bragança nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património* (Braga: Universidade do Minho, 2007); Idem, *As freguesias do distrito de Vila Real nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património* (Braga: Universidade do Minho, 2006); Idem, *As freguesias do distrito do Porto nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património* (Braga: Universidade do Minho, 2009); Américo Costa, *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular* (Porto: Tipografia Domingos Oliveira, 1929-49); André Evangelista Marques, “Itinerários de uma unidade de organização social do espaço: o casal e o processo de senhoriação do Entre-Douro-e-Lima: (906-1200),” in *Paisagens Rurais e Urbanas: fontes, metodologias, problemáticas*, 167-207 (Lisboa: CEH/FCSH-UNL, 2008); A. Botelho da Costa Veiga, “Corografia militar do Noroeste de Portugal em 1220-1258; Análise da tradição e da polémica de Ourique,” in *Estudos de história militar portuguesa*. vol. I (Lisboa, 1936); Joaquim de Santa Rosa de Viterbo - *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram* (Lisboa: Livraria Civilização, 1966).

¹³ João Pedro Ribeiro (org.), *Memórias para a História das Inquirições dos primeiros Reinados de Portugal colligidas pelos discipulos da Aula de Diplomatica no anno de 1814 para 1815 debaixo da direcção dos Lentes Proprietário, e Substituto da mesma Aula* (Lisboa: Impressão Régia, 1815).

¹⁴ *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo ocativo post Christum usque ad quintum decimum: Inquisitiones*, Vol. I, Parte I e Parte II (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1888-1977).

recente edição das Inquirições Gerais de D. Dinis de 1288 por José Augusto de Sottomayor-Pizarro.¹⁵

Desde a década de oitenta, a transcrição destes textos únicos tem vindo a ser acompanhada por um crescendo na sua utilização por parte de investigadores interessados na análise do regime de propriedade ou nas disputas entre os poderes eclesiásticos e laicos do Portugal medieval, resultando assim numa longa lista de estudos temáticos (muitas vezes parcelares).¹⁶ Paralelamente, entre 2004 e 2008, foi levado a cabo um projeto de maior envergadura, intitulado de *Regnum Regis*, que, com base nas Inquirições de D. Afonso II, procurou produzir conhecimento científico de forma a:

“(...) esclarecer um vasto conjunto de problemáticas decisivas para o conhecimento da realidade histórica portuguesa, como sejam as modalidades de povoamento, os comportamentos demográficos, os regimes de propriedade, os elementos ordenadores da ocupação do território (castelos, templos, paços e cercas amuralhadas), o exercício das justiças (comunitárias, senhoriais, régias), os modelos de fiscalidade, a diferenciação social, as marcas dos quotidianos rurais e urbanos, os sistemas de toponímia e

¹⁵ *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo ocativo post Christum usque ad quintum decimum. Nova Série. Inquisitiones. Volume III – Inquirições do Reinado de D. Dinis. Inquirições de 1284.* Introdução, leitura e índices por José Augusto de Sottomayor-Pizarro (Lisboa, Academia das Ciências, 2007); *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo ocativo post Christum usque ad quintum decimum. Nova Série. Inquisitiones. Volume IV/1 – Inquirições do Reinado de D. Dinis. Inquirições de 1288, Sentenças de 1290 e execuções de 1291.* Introdução, leitura e índices por José Augusto de Sottomayor-Pizarro (Lisboa, Academia das Ciências, 2012); *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo ocativo post Christum usque ad quintum decimum. Nova Série. Inquisitiones. Volume IV/2 – Inquirições do Reinado de D. Dinis. Inquirições de 1288, Sentenças de 1290 e execuções de 1290.* Editado por José Augusto de Sottomayor-Pizarro (Lisboa, Academia das Ciências, 2015).

¹⁶ Apresentam-se alguns dos trabalhos quem têm como base as diferentes Inquirições Gerais do Reino: Amélia Aguiar de Andrade, “Vilas, poder régio e fronteira: o exemplo do Entre Lima e Minho medieval” (Tese de Doutoramento em História da Idade Média, FCSH-UNL, 1994); Idem, *A Construção Medieval do Território* (Lisboa: Livros Horizonte, 2001); Amélia Aguiar de Andrade e José Luís Fontes, *Inquirir na Idade Média: Espaços, protagonistas e poderes (séculos XII-XIV) – Tributo a Luís Krus* (Lisboa: IEM - Instituto de Estudos Medievais, 2015); Hugo Nuno Barcelos, “Os julgados de Lanhoso, São João de Rei e Vieira em meados do século XIII. O testemunho das Inquirições de 1258” (Tese de Mestrado em História Medieval, FCSH-UNL, 2013); Maria Helena da Cruz Coelho, “A terra e os homens da Nóbrega no século XIII,” in *Homens, espaços e poderes. Séculos XI-XVI*, 170-198 (Lisboa: Livros Horizonte, 1990); Idem, “A acção régia de D. Afonso III e de D. Dinis em Caminha,” in *Homens, espaços e poderes. Séculos XI-XVI*, 199-237 (Lisboa: Livros Horizonte, 1990); António Castro Henriques, “O rei e a terra do Barroso. Montanha, periferia e poder régio. Séculos XII-XIV” (Tese de Mestrado em História Medieval, FCSH-UNL, 2003); Luís Krus, “Escrita e Poder: as Inquirições de Afonso III,” in *Estudos Medievais*, no. 1 (1981): 59-79; José Mattoso, Luís Krus e Amélia Aguiar de Andrade, *O castelo e a feira: a terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*. (Lisboa: Editorial Estampa, 1989); José Mattoso, Luís Krus e Olga Bettencourt, “As Inquirições de 1258 como fonte de história da nobreza – o julgado de Aguiar de Sousa,” in *Revista de História Económica e Social*, no. 9 (1982): 17-45; José Augusto de Sottomayor-Pizarro, “As inquirições medievais portuguesas (séculos XIII-XIV): fonte para o estudo da nobreza e memória arqueológica: breves apontamentos,” in *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*, no.12 (2013): 275-292; Carmen Dolores Silva, “Povoamento e organização de um território transmontano: o Julgado de Panoias nas Inquirições régias de 1258” (Tese de Mestrado em História Medieval e do Renascimento, FLUP, 2012).

antroponímia e o valor da escrita, do registo e do arquivo na defesa dos direitos e dos deveres político-sociais, para além de uma melhor compreensão do funcionamento das estratégias de afirmação local e regional do poder régio, bem como das tensões existentes entre centralização, senhorialismo e feudalidade.”¹⁷

Tendo em mente as potencialidades da fonte em questão, o presente estudo tem procurado, como anteriormente referido, focar nas vias como o ponto de partida para a análise do espaço, e não o oposto. O porquê da escolha das Inquirições de 1258 deve-se à importância do reinado de D. Afonso III, no contexto da construção de um poder centralizado na Coroa, com capacidade para moldar a sociedade segundo determinadas diretrizes. Tendo isto em conta, as Inquirições constituíram-se como uma importante ferramenta para se atingir este objetivo.

4. METODOLOGIA

Por se pretender dar a conhecer a rede viária de um espaço tão vasto como o de Trás-os-Montes, a cartografia é a ferramenta essencial para se cumprir esse objetivo, sendo a construção de uma base de dados fundamental para a prossecução do estudo.

Esta encontra-se dividida em três tabelas,¹⁸ sendo a primeira respeitante à organização administrativa do território (fig. 1), onde através do arrolamento de todas as paróquias, pretende-se avaliar o seu enquadramento no espaço, nomeadamente das suas igrejas, pontos que agregavam em si diferentes gentes e comunidades e, sobretudo, o assentamento destas relativamente às vias de comunicação, bem como ainda retirar as devidas ilações quanto à sua evolução no tempo.

Para a análise das vias romanas, sobretudo no que diz respeito à conservação destes circuitos, optou-se pela construção de uma segunda tabela (fig. 2), onde se irá identificar e georreferenciar os pontos no espaço que as compunham, através do cruzamento de dados.

De maior complexidade, a terceira tabela (fig. 3) tem em si registadas todas as referências recolhidas da fonte, estando estas divididas em três categorias, nomeadamente em «Caminho», «Estrutura» e «Passagem». O objetivo será, no final do

¹⁷ “Regnum Regis – As inquirições de 1220 e a génese da memória documental do reino medieval português”, *IEM/FCSH-NOVA*, <http://iem.fcsh.unl.pt/section.aspx?kind=outros&id=258> (Consultado Agosto 16, 2019).

¹⁸ Estas foram elaboradas no decorrer do estudo da 1ª alçada das Inquirições Gerais do Reino de 1258, referente ao Entre-Cávado-e-Minho. Os resultados da sua análise estão plasmados em Rúben Filipe Teixeira da Conceição, “«*Quo Vadis?*»: pelos caminhos do Entre-Cávado-e-Minho nas Inquirições Gerais de 1258,” in *Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera 2018*. (2019): 163-197.

projeto, reunir numa só base de dados as informações para todo o Norte de Portugal, como já se referiu anteriormente. Quanto à primeira classe, as informações adstritas a esta referem-se exclusivamente a vias construídas ou por construir, distinguindo-se as referências a vias de âmbito regional como «caminhos primários», nomeadamente *estrada*, *rua* e *via pública*, e aquelas a um nível mais local como «caminhos secundários», sobretudo as menções a *caminho*, *carreira* e *vereda*.

Relativamente à categoria «Estrutura», esta engloba todas as referências ao serviço de aposentadoria a que o Rei, os oficiais régios e os nobres detinham; às questões de assistência, nomeadamente com a identificação dos mosteiros e igrejas do território em estudo, onde se acentua o papel caritativo destas comunidades; às informações relativas a questões militares, em especial os serviços a serem prestados pelas populações locais à Coroa, como a anúduva no que toca à manutenção dos castelos e a outras componentes do sistema defensivo, e o apelido, no que se refere à guarda de pontos estratégicos; as menções a portagens, muitas vezes associadas a pontes e barcas, importantes locais para o estudo das vias, pois indicavam, por norma, os locais onde eram cobrados os impostos sobre a circulação; incluem-se ainda outros serviços, como as tavernas, locais de ócio e de convívio.

Por último, a categoria «Passagem», onde se enquadram todos os pontos terrestres e fluviais, naturais ou construídos pela ação humana, como é o caso das já referidas pontes e barcas. Estes são de extrema relevância para este estudo, porque em territórios marcados por declives acentuados e de grandes obstáculos naturais, que ditavam a ocupação do espaço, o Homem foi sempre impelido a optar pelas soluções de menor dificuldade, permitindo assim uma maior facilidade nas relações entre diferentes comunidades. Por serem locais de circulação inata, estes pontos do território causavam grandes alarmismos no que concerne à sua defesa contra forças exteriores, o que consequente levou, de forma legal ou oficiosa, e de maneira mais ténue ou em força, ao estabelecimento de relações entre os poderes locais e regionais com o poder institucional.

Finalizada a base de dados, será possível converter a informação em imagem gráfica, o que permitirá retirar as conclusões necessárias nas diversas temáticas em estudo.

Como exemplo do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, refiram-se dois mapas (fig. 4 e 5), elaborados em parceria com o Serviço de Infografia da FLUP, em diferentes tempos, referentes ao sistema defensivo do Entre-Cávado-e-Minho em 1258, onde é possível verificar a evolução dos métodos de tratamento dos dados, sendo as

principais diferenças a inclusão da hipsometria e da rede fluvial secundária, o que permite avaliar com maior rigor o impacto das estruturas militares no território.

Outro ponto a considerar é a diferenciação entre castelos e pontos de defesa, o que possibilita dissertar acerca da divisão espacial destas referências, sendo que no caso em análise, a maior parte das estruturas a situarem-se a oeste do rio Vez e a sul do rio Lima, a cotas mais baixas e em espaços mais amplos, enquanto para leste deste espaço predominavam os «pontos de defesa», lugares de passagem, por norma mais estreitos, que limitavam a mobilidade de contingentes militares invasores, permitindo uma defesa mais eficaz.

Quanto à variante «cor», a sua adição veio permitir demonstrar, visualmente, o que podemos apelidar de «linhas de defesa», nomeadamente quatro no exemplo dado. Além da distinção gráfica das referências, optou-se por retirar do mapa elementos que pudessem causar *ruído* visual, como por exemplo os «outros sítios considerados», otimizando a análise do mapa por parte do leitor.

5. ESTRUTURA PROVISÓRIA DO TRABALHO FINAL

Por se tratar de um projeto de mestrado ainda na sua fase inicial, a construção de uma estrutura provisória apresenta-se como um desafio, que, em larga medida, até pode vir a ser benéfico na estruturação do que se pretende trazer a público na defesa da tese.

Introdução

1. Estado da arte e metodologia
2. O território do Entre-Douro-e-Tâmega
 - a. O espaço
 - b. O povoamento
3. A rede viária no Entre-Douro-e-Tâmega ao longo de Duzentos
 - a. Os antecedentes viários
 - b. Os caminhos
 - c. Os pontos de passagem
 - d. As estruturas
4. Considerações Finais

Anexos

Fontes e Bibliografia

Para além do Estado da Arte e da Metodologia a ser seguida, que já tiveram o seu espaço neste breve texto, a nossa futura dissertação será dividida em dois grandes capítulos. No primeiro, provisoriamente intitulado de “*O território do Entre-Douro-e-Tâmega*”, procurar-se-á introduzir uma análise geográfica, desde os espaços ribeirinhos dos rios Douro e Tâmega até ao extenso planalto transmontano, além de se pretender demonstrar o impacto da imponente serra do Marão, que divide o espaço em análise em

duas regiões distintas, mas que apesar dos acidentes geográficos, tentar-se-á demonstrar que nunca estiveram desconexas. Igualmente importante será a abordagem ao povoamento num território de contrastes, os quais serão alvo de análise, de forma a se entender que impactos tiveram na organização do espaço a vários níveis: religioso, civil e militar.

Relativamente ao segundo capítulo, previamente denominado de “*A rede viária no Entre-Douro-e-Tâmega*”, será realizada uma primeira análise aos seus antecedentes, nomeadamente as estradas romanas, com recurso à Arqueologia. No que diz respeito aos restantes pontos deste capítulo, seguir-se-á a metodologia já abordada anteriormente de forma a «desconstruir» a fonte. O tratamento dos dados e a sua conversão em mapa permitirão analisar, de forma individual, cada tipologia.

O objetivo final deste exercício será a construção de um mapa que congregue em si as principais componentes da rede viária para o espaço e tempo em análise, procurando-se entender de que forma os caminhos influenciaram as dinâmicas no interior deste território e as relações deste com o exterior, seja dentro do Reino de Portugal ou com o espaço castelhano-leonês.

ANEXOS

IDENTIFICADORES				ESTATUTOS			
Registo (n)	ID Freguesia 1258	Freguesia (cod)	Freguesia 1258	Estatuto (1258)	Estatuto (1258) (cod)	Inquirido	Georreferenciado
1	FREG 1	1	Sancti Gees	Paróquia	2	Foi inquirido	Georreferenciado
2	FREG 2	2	Sancta Ovaya de Cabanelas	Paróquia	2	Foi inquirido	Georreferenciado
3	FREG 3	3	Sancte Marine de Oleiros	Paróquia	2	Foi inquirido	Georreferenciado
4	FREG 4	4	Sancti Salvatoris de Parada	Paróquia	2	Foi inquirido	Georreferenciado
5	FREG 5	5	Freiriz	Couto	99	Foi inquirido	Georreferenciado
6	FREG 6	6	Sancti Salvatoris de Cervaes	Paróquia	2	Foi inquirido	Georreferenciado
7	FREG 7	7	Sancti Romani da Ucha	Paróquia	2	Foi inquirido	Georreferenciado
8	FREG 8	8	Sancte Eolalie de Ulveira	Paróquia	2	Foi inquirido	Georreferenciado
9	FREG 9	9	Sancto Salvatore de Sandim	Paróquia	2	Foi inquirido	Georreferenciado
10	FREG 10	10	Sancti Martini de Galletibus	Paróquia	2	Foi inquirido	Georreferenciado
11	FREG 11	11	Sancte Marie de Galletibus	Paróquia	2	Foi inquirido	Georreferenciado
12	FREG 12	12	Sancti Michaelis de Roriz	Paróquia	2	Foi inquirido	Georreferenciado
13	FREG 13	13	Couto Sancti Martini de Magneite	Couto	99	Foi inquirido	Georreferenciado
14	FREG 14	14	Sancte Marine de Aleira	Paróquia	2	Foi inquirido	Georreferenciado
15	FREG 15	15	Sancti Salvatoris de Gizo	Paróquia	2	Foi inquirido	Georreferenciado
16	FREG 16	16	Sancti Salvatoris de Quiraz	Paróquia	2	Foi inquirido	Georreferenciado
17	FREG 17	17	Sancti Filiz de Tamial	Paróquia	2	Foi inquirido	Georreferenciado
18	FREG 18	18	Sancte Marie de Abbate	Paróquia	2	Foi inquirido	Georreferenciado
19	FREG 19	19	Sancti Martini et Sancti Simeones de Villa Fiscaina	Paróquia	2	Foi inquirido	Georreferenciado
20	FREG 20	20	Sancte Marie de Barcelos	Paróquia	2	Foi inquirido	Georreferenciado
21	FREG 21	21	Sancti Salvatoris de Vilar do Monte	Paróquia	2	Foi inquirido	Georreferenciado
22	FREG 22	22	Sancte Ovaye de Palmeira	Paróquia	2	Foi inquirido	Georreferenciado
23	FREG 23	23	Sancto Croyo de Curvus	Paróquia	2	Foi inquirido	Georreferenciado
24	FREG 24	24	Sancti Michaelis de Julmezes	Paróquia	2	Foi inquirido	Georreferenciado
25	FREG 25	25	Sancti Michaelis de Zopaes	Paróquia	2	Foi inquirido	Georreferenciado

Fig. 1 - Tabela respeitante à organização administrativa do território, com o arrolamento das paróquias recolhidas da fonte. Pretende-se, entre vários objetivos, avaliar o enquadramento destas no espaço e, numa etapa posterior, a evolução do povoamento até aos nossos dias.

IDENTIFICADORES		IDENTIFICADORES		CRONOLOGIA DE VIA		
ID Via	Via	Ramo	Roman	Suev	Medieva	
VIA 2	Via XVIII	Via XVIII (por Âncede)	1	1	1	
VIA 3	Via XVIII	Via XVIII (por Stª Marta)	1	1	1	
VIA 4	Via XIX	Via XIX	1	1	1	
VIA 5	Via XIX	Via XIX (por Romarigães)	1	1	1	
VIA 6	Via XIX	Via XIX (por Goães)	0	1	1	
VIA 7	Via XX	Via XX (por Anhel)	1	1	1	
VIA 8	Via XX	Via XX (por Facha para P. Lima)	1	1	1	
VIA 9	Via XX	Via XX (por Facha para Valença)	1	1	1	
VIA 10	Via Veteris	Via Veteris (Esposende-Viana-Caminha)	1	1	1	
VIA 11	Via Veteris	Via Veteris (para Caminha, via Lanheses)	1	1	1	
VIA 12	Via Veteris	Via Veteris (para Caminha, via Torre)	1	1	1	
VIA 13	Via Veteris	Via Veteris (para Viana do Castelo)	1	1	1	
VIA 14	Via Veteris	Via Veteris (para o Lima)	1	1	1	
VIA 15	Ligação Caminha - Valença	Ligação Caminha - Valença	1	1	1	
VIA 16	Lioação Mina Monte Furado - Lovelhe (Cerveira)	Lioação Mina Monte Furado - Lovelhe (Cerveira)	1	1	1	

Fig. 2 – Parte do levantamento referente às vias romanas no Entre-Cávado-e-Minho. Fonte: <http://viasromanas.pt/> (Consultado Novembro 06, 2019).

IDENTIFICADORES					ONDE					
Registo (n)	ID Pnt	WIP	Mov. Pendular	Ponto (designação)	Freguesia	Município	Sítio (Tipologia)	Onomástica	RefTop Tipologia (geral)	RefTop Tipologia (qualitativo)
1	PNT 285	x	-	[do Lmar]	0	0	Passagem	Toponímia	Ponto de Passagem	Terrestre
2	PNT 481	x	-	[Carreira]	0	0	Caminho	Toponímia	Estrutura Terrestre	Via
3	PNT 396	-	-	Cervães, Vila Verde	167449,4368	514468,8789	Passagem	Toponímia	Ponto de Passagem	Terrestre
4	PNT 396	-	-	Cervães, Vila Verde	167449,4368	514468,8789	Passagem	Toponímia	Ponto de Passagem	Terrestre
5	PNT 420	x	-	[Quintá]	0	0	Estrutura	Toponímia	Diretos e Deveres	Aposentadoria
6	PNT 482	x	-	[Quintá]	0	0	Estrutura	Toponímia	Diretos e Deveres	Aposentadoria
7	PNT 292	-	-	Cabanelas, Vila Verde	169879,1207	512082,9145	Estrutura	Toponímia	Diretos e Deveres	Aposentadoria
8	PNT 484	x	-	[Martinus de Portela]	0	0	Passagem	Antroponímia	Ponto de Passagem	Terrestre
9	PNT 484	x	-	[Martinus de Portela]	0	0	Passagem	Antroponímia	Ponto de Passagem	Terrestre
10	PNT 274	-	-	Oleiros	170269,6363	515063,8785	Caminho	Toponímia	Estrutura Terrestre	Via
11	PNT 485	-	-	Oleiros, Vila Verde (1)	170229,3544	515759,9012	Estrutura	Toponímia	Diretos e Deveres	Aposentadoria
12	PNT 485	-	-	Oleiros, Vila Verde (1)	170229,3544	515759,9012	Estrutura	Toponímia	Diretos e Deveres	Aposentadoria
13	PNT 599	?	-	[Carreira]	0	0	Caminho	Toponímia	Estrutura Terrestre	Via
14	PNT 612	-	-	Vales, Escariz, Vila Verde	166917,6944	518388,8313	Passagem	Toponímia	Ponto de Passagem	Terrestre
15	PNT 486	x	-	[Vereia]	0	0	Caminho	Toponímia	Estrutura Terrestre	Via
16	PNT 427	-	419	Valença	157155,5038	562555,5117	Estrutura	Toponímia	Diretos e Deveres	Guerra
17	PNT 597	x	-	[de Petro Froiaz]	0	0	Estrutura	Toponímia	Diretos e Deveres	Aposentadoria
18	PNT 598	x	-	[de Martino Trastimiz]	0	0	Estrutura	Toponímia	Diretos e Deveres	Aposentadoria
19	PNT 622	x	-	Portela	0	0	Passagem	Toponímia	Ponto de Passagem	Terrestre
20	PNT 427	-	420	Valença	157155,5038	562555,5117	Estrutura	Toponímia	Diretos e Deveres	Guerra
21	PNT 488	-	-	Bouça, Cervães, Vila Verde	166298,6969	513349,6613	Estrutura	Toponímia	Diretos e Deveres	Aposentadoria
22	PNT 632	x	-	Porto	0	0	Passagem	Toponímia	Ponto de Passagem	Terrestre
23	PNT 491	-	-	Pousada, Roriz, Barcelos	163235,2974	512563,6148	Estrutura	Antroponímia	Diretos e Deveres	Aposentadoria
24	PNT 489	-	-	Portela, Galegos (Santa Maria), Barcelos	162668,0431	510063,286	Passagem	Antroponímia	Ponto de Passagem	Terrestre
25	PNT 490	x	-	[Pousa]	0	0	Estrutura	Toponímia	Diretos e Deveres	Aposentadoria
26	PNT 491	-	-	Pousada, Roriz, Barcelos	163235,2974	512563,6148	Estrutura	Toponímia	Diretos e Deveres	Aposentadoria
27	PNT 77	-	-	Manhente	163164,4199	508417,9042	Estrutura	Toponímia	Estrutura Terrestre	Assistência
28	PNT 398	-	-	Alheira, Barcelos	163978,9801	515924,3779	Estrutura	Toponímia	Diretos e Deveres	Aposentadoria

Fig. 3 - Tabela construída com o objetivo de agregar em si todas as referências (in)diretas a caminhos recolhidas da fonte.

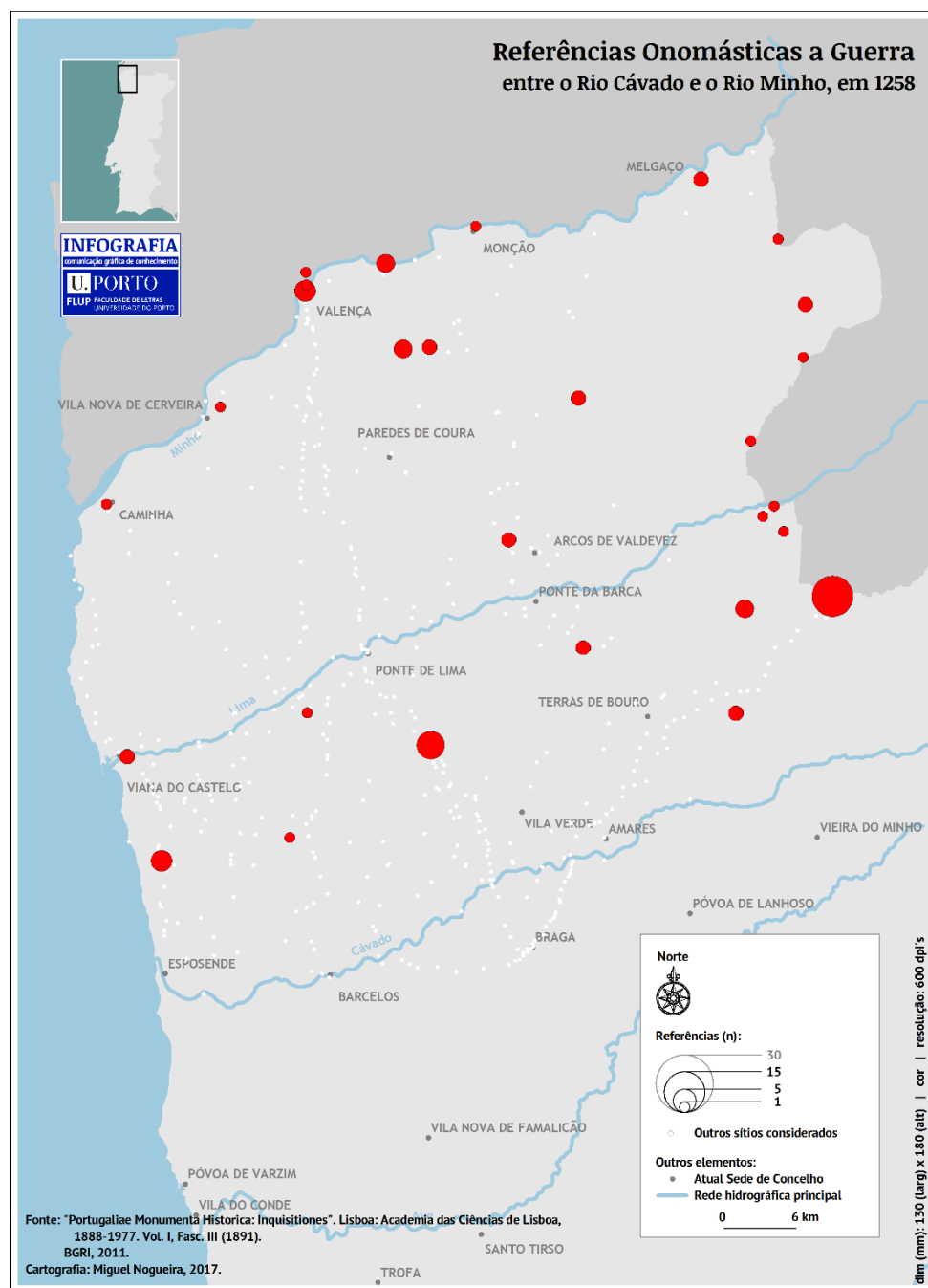


Fig. 4 – Mapa apresentado no *XIII Encontro da Primavera* (maio de 2018), que apresenta cartograficamente as informações recolhidas da 1ª alçada das Inquirições de D. Afonso III, relativas a castelos e a pontos de defesa.

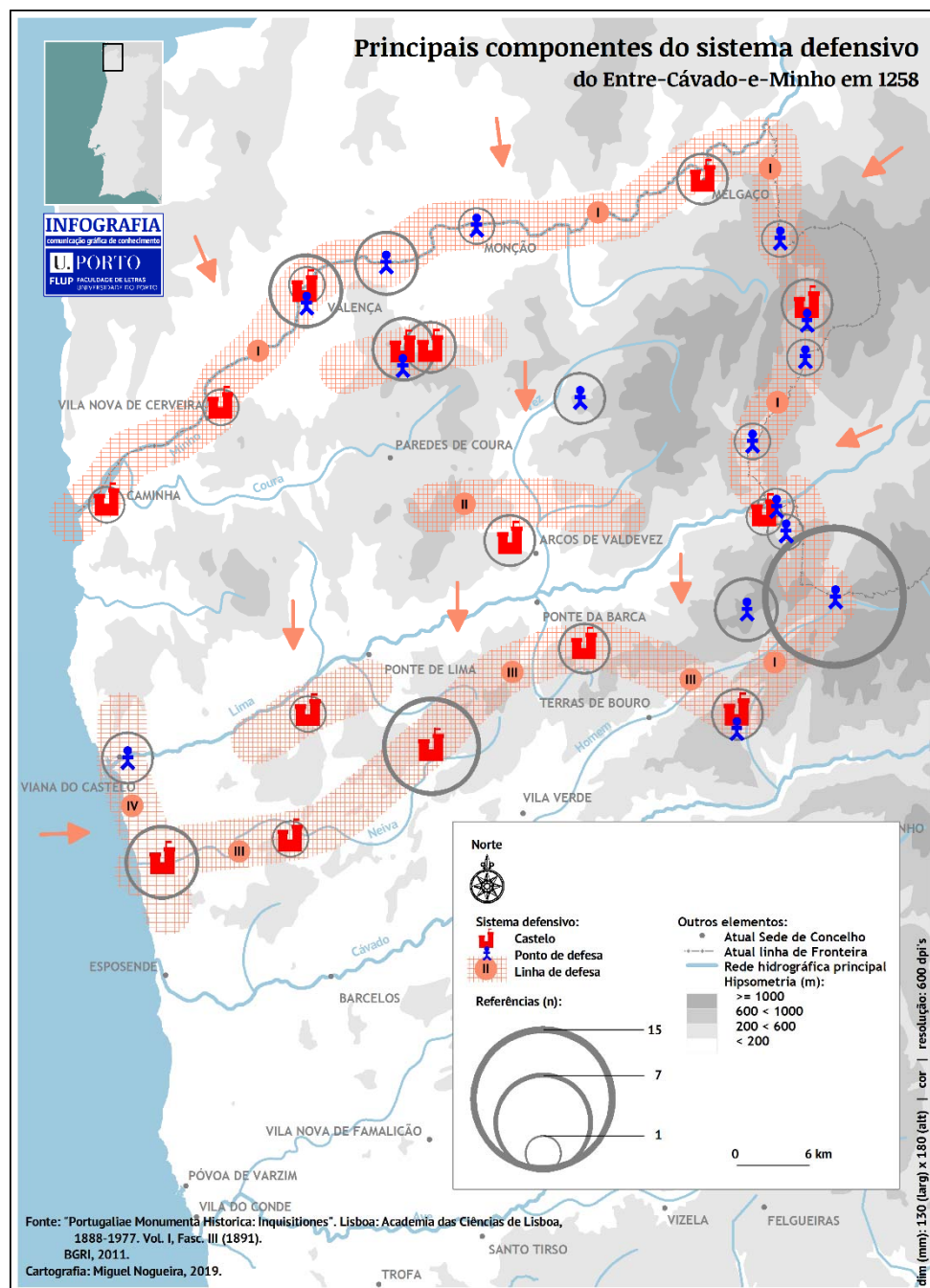


Fig. 5 – Mapa apresentado no *Colóquio da Rede Internacional de Estudo sobre as Pequenas Cidades no Tempo*, subordinado ao tema “Pequenas Cidades e o Ambiente” (março de 2019). Apesar de conter as mesmas informações que o anterior, é uma demonstração da evolução metodológica e técnica do presente estudo.